

RECURSO ESPECIAL Nº 1.835.071 - RS (2019/0258150-1)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**
RECORRENTE : ANHANGUERA EDUCACIONAL LTDA
ADVOGADOS : SERGIO HENRIQUE CABRAL SANT' ANA - SP266742
GUSTAVO DADALT - RS079517
CYDEANE CELINE ALVES NUNES - RS110985B
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
INTERES. : DELPHOS FORMATURAS E EVENTOS EIRELI
ADVOGADO : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto contra acórdão assim ementado (e-STJ fl. 477):

Apelação cível. Ação coletiva de consumo. Cláusulas abusivas. Exclusividade no fornecimento dos serviços de fotografias e filmagem. Limites quantitativos mínimos. Questão preliminar de litispendência. Questão preliminar de sentença extra petita e ausência de fundamentação. Efeitos e eficácia da sentença. Danos materiais e morais individuais.

Danos morais coletivos.

A sentença situa-se dentro dos pedidos da petição inicial da ação coletiva de consumo, assim como a sentença está devidamente fundamentada quanto às determinações de publicação referentes à suspensão das cláusulas abusivas e à publicação da sentença em jornais de grande circulação, em atendimento ao dever do juízo de buscar o resultado prático assegurado na sentença, mediante determinação de todas as providências legais que entender necessárias para a satisfação do direito dos beneficiários da decisão.

Inexiste a litispendência entre a atual ação e a ação coletiva ajuizada em estado diverso, consideradas as partes distintas, além de que a atual ação já foi sentenciada, incumbindo à parte informar naqueles autos quanto à sentença nesta ação.

Justifica-se reafirmar a sentença que determinou a exclusão das cláusulas contratuais que condicionavam o fornecimento dos serviços de fotografia e filmagem à aquisição de limites quantitativos mínimos e que impediam a livre contratação de serviços de fotografia e filmagem por parte dos formandos, com arbitramento de multa por descumprimento a ser revertida ao Fundo Estadual de Bens Lesados.

Os efeitos e a eficácia da sentença na ação coletiva de consumo têm validade em todo o território nacional. A sentença genérica quanto aos danos materiais e morais individuais está de acordo com a determinação legal contida no Código de Defesa do Consumidor, de modo que o consumidor lesado deverá individualizar o seu prejuízo em posterior liquidação de sentença.

No que se refere ao dano moral coletivo, prescinde de prova de lesão a consumidores específicos para a condenação, sendo suficiente a lesão aos direitos dos consumidores, cujo arbitramento está de acordo as circunstâncias reconstituídas.

Apelação desprovida.

Os embargos declaratórios opostos foram rejeitados (e-STJ fls. 517/526).

O recurso especial (e-STJ fls. 538/581), fundamentado no art. 105, III, alínea "a", da CF, aponta ofensa aos seguintes dispositivos:

(i) arts. 489, § 1º, IV, e 1.022 do CPC/2015, pois o acórdão foi omissivo quanto

"(i) a abrangência dos efeitos e a eficácia da sentença na ação coletiva de consumo (inciso II, do artigo 93 e artigo 16 da Lei n.º 7.347/1985); (ii) existência de julgamento *extra petita* (artigo 141 e 492, CPC); (iii) existência de litispendência (§§ 1º, 2º e 3º, do artigo 337 do CPC); (iv) a publicação da sentença em jornais de grande circulação (artigos 7º, 8º, 189 do Código de Processo Civil e 94, CDC); (v) responsabilidade civil e dever de indenizar da recorrente (artigos 927 e 403 do Código Civil); (vi) imposição de ressarcimento de dano potencial ou hipotético e suas consequências (art. 95, CDC, e art. 944, do Código Civil)" (e-STJ fl. 545). Aduz que "ainda que o E. Tribunal *a quo* não tenha se manifestado expressamente acerca das questões ventiladas nos embargos prequestionadores opostos pelas IES, a jurisprudência dominante tem admitido a figura do prequestionamento implícito de modo que, ainda que não tenham sido apontados expressamente os fundamentos nos quais se assentou a decisão judicial, reconhece-se o prequestionamento" (e-STJ fls. 545/546),

(ii) arts. 141 e 492 do CPC/2015, sob fundamento de decisão *extra petita*, "uma vez que não há no requerimento inicial do Ministério Público qualquer obrigação de fazer no sentido deferido pelo MM. Juízo *a quo*, o que, por si só, importa na nulidade da r. sentença recorrida, no que se refere à tal determinação" (e-STJ fl. 548). Afirma que, "consoante se observa da petição inicial do Ministério Público, o único pedido formulado referente à publicidade da eventual sentença condenatória é no sentido da publicação do seu dispositivo nos jornais Zero Hora, Diário Gaúcho e Correio do Povo. Frisa-se, em nenhum dos seus pedidos o Ministério Público pleiteia a condenação da recorrente na obrigação de fazer consistente em publicar, em todos os seus polos no país, a suspensão da validade das cláusulas contratuais retrorreferidas" (e-STJ fl. 548),

(iii) arts. 1º, 2º, 3º e 337 do CPC/2015, 93 do CDC e 16 da Lei n. 7.347/1985, pois "a eficácia territorial da sentença proferida pelo d. Juízo de origem deve se ater aos limites da competência do órgão julgador ou, no máximo, ao âmbito de jurisdição deste E. Tribunal, qual seja, o Estado do Rio Grande do Sul" (e-STJ fl. 554). Informa ainda a existência de litispendência, haja vista que "o Ministério Público do Mato Grosso ajuizou, em 13.9.2016, ação civil pública em face da requerente com o mesmo objeto que esta, i.e., visando afastar a exclusividade da Delphos para cobertura fotográfica e filmagem das colações de grau organizadas pela Anhanguera, bem como indenização por danos morais e materiais. O referido processo foi autuado sob o n.º 34439- 72.2016.811.0041, distribuído à Vara Esp. Ação Civil Pública e Ação Popular de Cuiabá/MT e aguarda o julgamento de mérito" (e-STJ fl. 551),

(iv) art. 53, VI, da Lei n. 9.379/1996, "ao cercear a liberdade da recorrente de

organizar, por si própria, a sistemática de suas cerimônias de colação de grau, inclusive, de poder decidir quais profissionais externos poderão ou não ingressar em tais cerimônias" (e-STJ fl. 557). Aduz que "o que se pretende demonstrar é que eventual interferência na sistemática adotada pela Anhanguera não terá o condão de privilegiar ou assegurar a liberdade e/ou direitos individuais dos alunos, mas ao contrário, apenas estará tutelando os interesses das empresas especializadas na realização destes eventos festivos, as quais, além de cobrar preços vultosos que acabam por excluir a possibilidade de participação de alunos de baixa renda, comumente incorrem elas sim na prática de venda casada, já que impõe a venda da festividade de colação em conjunto com a festa de formatura e outros etapas do evento festivo com toda a pompa - e, ainda, também exigem a exclusividade do registro fotográfico e de filmagem. É certo que além de afastar a alegada abusividade de venda casada apontada pelo d. Juízo *a quo*, os esclarecimentos acima ventilados reafirmam o nítido compromisso assistencial da Anhanguera essencialmente com relação aos alunos de baixa renda, que em função do contrato formalizado com a Delphos tem a oportunidade de realizar a sua colação de grau em evento festivo com todas as pompas que se espera de ato de tamanha relevância" (e-STJ fl. 564),

(v) art. 39, I, do CDC, por não ser o caso de venda casada. Sustenta para tanto que "a alegação da prática da venda casada pela Anhanguera é pautada exclusivamente na ideia de que a Faculdade Anhanguera de Caxias do Sul incide na referida prática quando estipula cerimônias coletivas de colação de grau com exclusividade na cobertura e venda dos materiais fotográficos e videofonográficos" (e-STJ fl. 565), no entanto trata-se de conclusão equivocada pelos seguintes fundamentos (e-STJ fls. 565/567):

86. Inicialmente, como já esclarecido alhures, para participar da cerimônia festiva de colação de grau em que é também realizada a outorga de grau, o aluno não tem que arcar com quaisquer valores, já que todos os custos atrelados à realização do evento são suportados de forma exclusiva pela Delphos. Ou seja, não há imposição qualquer aquisição de produto ou serviço ao aluno.

[...]

89. De todo modo, muito embora não se autorize a participação de outros profissionais no evento, é amplamente permitida a realização de registros fotográficos de forma não profissional pelos familiares e amigos dos discentes com câmeras pessoais próprias.

90. Ou seja, a Delphos somente receberá os valores decorrentes de sua contratação, pelos alunos, para a realização dos serviços de fotografia ou filmagem;

vale dizer, os discentes possuem a liberdade de aquisição ou não das fotografias realizadas pela Delphos no evento, relembrando-se que o evento é totalmente gratuito.

91. Em outras palavras, o aluno que optar por proceder com registros fotográficos de forma não profissional por si mesmo ou por seus familiares e/ou amigos ou que não tenha condições de pagar pelos serviços da Delphos, participará da cerimônia festiva de colação de grau sem arcar com qualquer tipo de custo.

92. Ora, a partir do momento em que a aquisição dos registros fotográficos se apresenta como facultativa, já que os discentes por si próprios, ou por familiares e amigos podem proceder com o registro fotográfico de forma não profissional, não se vê a imposição condicionada - seja pela Anhanguera ou mesmo pela Delphos - de aquisição dos

serviços de fotografia ou filmagem por qualquer outro produto ou serviço.

(vi) arts. 966, § 1º, do CPC/2015, 927, 403 e 944 do CC/2002 e 95 do CDC, tendo em vista não ser hipótese de condenação ao pagamento de indenização por danos morais e materiais individuais. Afirma que "(i) os egressos da Anhanguera não ficam sem memória documental do evento, eis que é franqueado o registro não profissional nas cerimônias de colação de grau. Ademais, (ii) é sabido que, nos dias atuais, qualquer pessoa possui acesso a celular e dispositivos com alta definição e qualidade de imagens. Por fim, (iii) competia ao Ministério Público comprovar que os alunos foram supostamente impedidos de registrar a colação de grau, ônus do qual não se desincumbiu. Relegar tal comprovação à fase de cumprimento de sentença resultar na teratológica e indesejada de liquidação igual a zero, o que deve ser reformado por este E. Tribunal para julgar improcedentes o pedido de condenação da recorrente ao pagamento de dano moral individual" (e-STJ fl. 572),

(vii) arts. 927, 403 e 944 do CC/2002, por não ser o caso de condenação ao pagamento de indenização por danos morais coletivos. Alega que "as cláusulas declaradas nulas no presente caso não são capazes de produzir verdadeiros sofrimentos e alterações relevantes na ordem moral coletiva. Ao tratar sobre a questão afeta ao dano moral coletivo, a 3ª (terceira) Turma do Superior Tribunal de Justiça destacou que, conquanto o Código de Defesa do Consumidor reconheça a possibilidade de indenização por danos morais e coletivos aos consumidores, deve-se fazer uma análise pontual acerca do caso, já que não é qualquer lesão ao interesse dos consumidores que pode acarretar tal tipo de dano, mas apenas os fatos transgressores que sejam graves o suficientes para produzir verdadeiros sofrimentos, inquietude social e alterações relevantes na ordem patrimonial coletiva" (e-STJ fls. 577/578), e

(viii) arts. 7º, 8º e 189 do CPC/2015, "ao manter a condenação da recorrente a publicar às suas expensas, em três dias alternados, o inteiro teor da parte dispositiva da sentença nos jornais de grande circulação, além da divulgação em seus polos em todo o país" (e-STJ fl. 580). Argumenta que "a publicação da sentença em jornais de grande circulação somente proporcionaria a potencialização de eventual medida punitiva, alargando sobremaneira o conhecimento dos fatos levados a juízo, podendo repercutir de forma desproporcional nos negócios da querida, implicando mais que o escopo pedagógico-punitivo contido no pedido de indenização; negativa aos artigos 7º e 8º do Código de Processo Civil e *bis in idem*, se assegurada eventual indenização" (e-STJ fl. 580).

Busca, em suma (e-STJ fls. 580/581):

- (i) o acolhimento da preliminar de litispendência, extinguindo o presente feito sem resolução do mérito;
- (ii) seja anulado o item "b" do dispositivo da r. sentença, i.e., a obrigação de fazer dirigida à Anhanguera consistente em publicar, em todos os seus polos no país, a suspensão da validade das cláusulas contratuais retrorreferidas, uma vez que extrapola os limites dos pedidos iniciais apresentados pelo Ministério Público.
- (iii) no mérito, o seu provimento pelo Egrégio Superior Tribunal de Justiça para reversão integral do julgado recorrido;
- (iv) subsidiariamente, que os efeitos da coisa julgada, no caso, sejam limitados à competência do órgão julgador ou, no máximo, ao âmbito de jurisdição deste E. Tribunal, qual seja, o Estado do Rio Grande do Sul.

Contrarrrazões apresentadas às fls. 587/593 (e-STJ).

Parecer do Ministério Público Federal pelo parcial conhecimento do recurso e, nesta parte, pelo seu desprovimento (e-STJ fls. 619/636).

É o relatório.

Decido.

Da ausência de prestação jurisdicional

Inicialmente, não há falar em negativa de prestação jurisdicional, pois o Tribunal de origem pronunciou-se, de forma clara e suficiente, acerca da questão suscitada nos autos. Ao contrário, verifica-se a mera pretensão de reexame do mérito do recurso, o qual foi exaustivamente analisado, circunstância que, de plano, torna imprópria a invocação da violação do art. 1.022 do CPC/2015.

Da decisão *extra petita* e da publicação da sentença

O Tribunal de origem entendeu que "a sentença não extrapola os pedidos da petição inicial da ação coletiva de consumo, assim como a sentença está devidamente fundamentada quanto às determinações de publicação referentes à suspensão das cláusulas abusivas e à publicação da sentença em jornais, que estão compreendidas pela disposição processual de que o juízo deve buscar o resultado prático assegurado na sentença, mediante determinação de todas as providências legais que entender necessárias para a satisfação do direito dos beneficiários da decisão (artigo 536 do Código de Processo Civil)" (e-STJ fl. 492).

Nesse mesmo sentido encontra-se a jurisprudência desta Corte Superior, segundo a qual o juiz pode determinar todas as providências legais que entender necessárias para assegurar o resultado prático do julgado, não configurando, portanto, decisão *extra petita*.

A propósito:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DA DECISÃO DE ADMISSIBILIDADE DO RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA. SÚMULA 182/STJ.

1. O agravo interposto contra decisão denegatória de processamento de recurso especial que não impugna, especificamente, todos os fundamentos por ela utilizados, não deve ser conhecido.

2. Agravo não conhecido.

PROCESSUAL CIVIL E CONSUMIDOR. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO COLETIVA DE CONSUMO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. NÃO OCORRÊNCIA. RECURSO. TERCEIRO INTERESSADO. ART. 499 DO CPC/73 (ART. 996 DO CPC/15). NULIDADE. PREJUÍZO CONCRETO E EFETIVO. DEMONSTRAÇÃO. AUSÊNCIA. INTERESSES INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS. ORIGEM COMUM. CONFIGURAÇÃO. PREQUESTIONAMENTO. ORDEM PÚBLICA. AUSÊNCIA. MULTA COMINATÓRIA. VALOR. PROPORCIONALIDADE. REEXAME DE FATOS E PROVAS. SÚMULA 7/STJ. PUBLICAÇÃO DA SENTENÇA. JORNAIS DE GRANDE CIRCULAÇÃO.

[...]

11. Em razão do dever do juiz de assegurar o resultado prático do julgado, determinando todas as providências legais que entender necessárias para a satisfação do direito da ação e com vistas ao alcance do maior número de beneficiários, a obrigação imposta ao recorrente de divulgar a sentença genérica em jornais de grande circulação deve ser substituída pela publicação na *internet*, nos sites de órgãos oficiais e no da própria recorrente, pelo prazo de 15 dias.

12. Recurso especial parcialmente conhecido e, nesta parte, parcialmente provido.

(REsp 1.570.698/MT, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 11/9/2018, DJe 13/9/2018.)

DIREITO PROCESSUAL COLETIVO. RECURSO ESPECIAL. RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO CPC/73. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. COBRANÇA DE EXPURGOS INFLACIONÁRIOS EM CADERNETA DE POUPANÇA. FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. DECISÃO EXTRA PETITA. VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA CONGRUÊNCIA ENTRE O PEDIDO E A TUTELA JURISDICIONAL. NÃO OCORRÊNCIA. DIVULGAÇÃO DA INFORMAÇÃO SOBRE O DIREITO DOS POUPADORES DE REAVER OS NUMERÁRIOS. FORNECIMENTO DE LISTA E CONVOCAÇÃO DOS BENEFICIADOS ATRAVÉS DA *INTERNET* E DE JORNAIS LOCAIS DE MAIOR CIRCULAÇÃO. SIGILO BANCÁRIO. OFENSA CONFIGURAÇÃO. INTIMAÇÃO GENÉRICA A SER REALIZADA NA *INTERNET*. RECURSO ESPECIAL PROVIDO EM PARTE.

[...]

3. O conceito de decisão extra petita e o princípio da demanda devem ser analisados no âmbito do direito processual coletivo, que ampliou os poderes do julgador para permitir a maior efetividade do provimento jurisdicional concedido na ação coletiva. Doutrina.

4. Não é extra petita e não ofende o princípio da demanda a decisão que determina a divulgação da sentença através da *internet* e de jornais locais de grande circulação, para que os poupadores beneficiados com o ressarcimento dos expurgos inflacionários em contas-poupança decorrentes de planos econômicos governamentais tomem ciência do decum e providenciem a execução do julgado.

[...]

11. Recurso especial parcialmente provido.

(REsp 1.285.437/MS, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 23/5/2017, DJe 2/6/2017.)

Incide, nesses termos, a Súmula n. 83 do STJ.

Ademais, afastar o entendimento das Cortes de origem quanto à necessidade de publicação da sentença nos jornais de grande circulação, com vistas ao alcance do maior número de beneficiários, seria imprescindível a revisão do contexto fático-probatório dos autos,

o que é vedado pela Súmula n. 7/STJ.

Da litispendência

O Tribunal *a quo* concluiu que a litispendência deve ser alegada na outra ação civil pública ajuizada, em razão da fase em que se encontram ambos processos, nos seguintes termos (e-STJ fl. 493):

Quanto à litispendência da atual ação com a Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público do Mato Grosso (processo nº 34439-72.2016.811.0041) em Cuiabá, Mato Grosso, não está caracterizada, pois a atual ação já foi sentenciada, incumbindo à parte informar naqueles autos quanto à sentença nesta ação.

Contudo, a parte não impugnou os fundamentos do acórdão recorrido, trazendo alegações dissociadas do que ficou decidido no aresto. Incidem, portanto, as Súmulas n. 283 e 284 do STF.

Da eficácia territorial da ação civil pública

Observo que o Tribunal de origem concluiu que, no caso de sentença proferida em sede de ação civil pública, "os efeitos e a eficácia da sentença têm validade em todo o território nacional, nos termos da jurisprudência do STJ firmada em recurso especial repetitivo" (e-STJ fl. 495).

Tal entendimento está em consonância com a jurisprudência do STJ, para a qual "a eficácia das decisões genéricas proferidas em ações civis públicas coletivas não está limitada ao território da competência do órgão judicante que as proferiu" (AgInt no REsp n. 1664620/PR, Relator Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 17/8/2017, DJe 31/8/2017). Confira-se a ementa do referido julgado:

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA ORIUNDA DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA. INSTITUTO DE DEFESA DO CONSUMIDOR - IDEC. SENTENÇA PROFERIDA NO ESTADO DE SÃO PAULO. LIMITAÇÃO TERRITORIAL DO TÍTULO. IMPOSSIBILIDADE. ENTENDIMENTO REAFIRMADO PELA CORTE ESPECIAL DO STJ. RAZÕES RECURSAIS INSUFICIENTES. AGRAVO DESPROVIDO.

1. A eficácia das decisões genéricas proferidas em ações civis públicas coletivas não está limitada ao território da competência do órgão judicante que as proferiu.
2. Embora o precedente colacionado na decisão recorrida não seja oriundo de julgamento sob o rito dos recursos especiais repetitivos, faz referência ao REsp 1.243.887/PR, este sim, julgado no rito do art. 543-C do CPC/1973. Sem razão, portanto, o agravante quando defende a não vinculação da decisão.
3. Razões recursais insuficientes para a revisão do julgado.
4. Agravo interno desprovido.

Também nesse sentido, o seguinte precedente:

AGRAVO INTERNO EM RECURSO ESPECIAL. DIREITO DO CONSUMIDOR. CUMPRIMENTO INDIVIDUAL DE SENTENÇA COLETIVA. LIMITES DA AÇÃO

CIVIL PÚBLICA. EXTRAPOLAÇÃO DOS LIMITES GEOGRÁFICOS E PESSOAIS DO TÍTULO EXECUTIVO. SÚMULA 83/STJ. ILEGITIMIDADE ATIVA. EXCESSO DE EXECUÇÃO. CÁLCULOS. PRECLUSÃO. REVOLVIMENTO DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULAS 5 E 7 DO STJ. INCIDÊNCIA. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL PREJUDICADO. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO AOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. SÚMULA 283/STF. INCIDÊNCIA. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

[...]

1.2. A competência territorial limita o exercício da jurisdição e não os efeitos ou a eficácia da sentença, os quais possuem os "limites da lide e das questões decididas" (art. 468, CPC). A apontada limitação territorial dos efeitos da sentença não ocorre nem no processo singular, e também, como mais razão, não pode ocorrer no processo coletivo, sob pena de desnaturação desse salutar mecanismo de solução plural das lides."

[...]

4. Agravo Interno não provido.

(AgInt no REsp 1.723.278/DF, Relator Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 27/11/2018, DJe 3/12/2018.)

Aplica-se também a Súmula n. 83/STJ.

Das cláusulas contratuais abusivas

O Tribunal de origem, após análise dos fatos e das cláusulas contratuais, manteve a sentença condenatória, sob os seguintes fundamentos (e-STJ fls. 498/500):

Relativamente ao caráter abusivo das práticas questionadas na ação coletiva, revela-se evidente. Ainda que o contrato firmado entre a apelante e a DELPHOS vedasse a realização de fotografias e filmagens por profissionais, apenas (cláusula 42, "c", fl. 38-v), a Universidade informou aos alunos, no "manual" de orientação para a formatura, que "na solenidade oficial ficará proibido fotografar e filmar no ambiente da colação de grau" (fl. 50-v). E, mais do que isso, definiu que o aluno que optasse por comprar fotos da produtora contratada deveria - ao poder descartar apenas 20% das fotos - respeitar o limite quantitativo mínimo de 80% das fotos tiradas (cláusula 11ª, fl. 39-v), que foram individualmente precificadas em valor considerável, a exemplificar, R\$ 22,34 para uma foto de 24x30 (fl. 41, cláusula 132). Merece destaque, neste aspecto, o seguinte excerto da sentença, da lavra da Juíza de Direito Eliane Garcia Nogueira:

"Conforme se verifica nos autos, as demandadas incorreram em flagrante descumprimento dos princípios e regras que norteiam as relações de consumo, uma vez que o art. 39, inciso I, do Código de Defesa do Consumidor veda a adoção de limites quantitativos, sem justa causa, e configura como abusiva a cláusula que assim a disponha:

"Art. 39. É vedado ao fornecedor de produtos ou serviços, dentre outras práticas abusivas.

I - condicionar o fornecimento de produto ou de serviço ao fornecimento de outro produto ou serviço, bem como, sem justa causa, a limites quantitativos; [...]"

Com efeito, o limite quantitativo estabelecido pela cláusula contratual nº 11 é nulo, uma vez que determina que os alunos somente poderiam adquirir o mínimo de 80% de todos os registros realizados no evento, o que redundaria em quantia vultuosa, da qual os formandos têm dificuldade ou impossibilidade de dispor.

Destarte, o art. 51, inciso IV e § 1º, III, do CDC, estabelece que são nulas de pleno direito as cláusulas que estabelecerem obrigações consideradas abusivas, que colocarem o consumidor em desvantagem exagerada ou que sejam incompatíveis com a boa-fé:

"Art. 51, CDC: São nulas de pleno direito, entre outras, as cláusulas contratuais relativas ao fornecimento de produtos e serviços que.' [...] IV - estabeleçam obrigações consideradas iníquas, abusivas, que coloquem o consumidor em desvantagem exagerada, ou sejam incompatíveis com a boa-fé ou a equidade,. [...] § 1º Presume-se exagerada, entre outros casos, a vontade que: 1.4 III - Se mostra excessivamente onerosa para o consumidor, considerando-se a natureza e o conteúdo do contrato, o interesse das partes e outras circunstâncias peculiares ao caso."

Portanto, a alínea "c", da Cláusula 42, que veda a entrada de outros fotógrafos profissionais na cerimônia, prevendo a exclusividade à empresa Delphos para a prestação de todos os serviços atinentes à cerimônia de colação de grau, é nula de pleno direito, sobretudo pelo fato de que viola o princípio da liberdade de contratar outro serviço, que esteja adequado à realidade financeira do consumidor." (fls. 242/242-v, grifou-se)

Eventual conclusão desta Corte Superior em sentido contrário ao das instâncias ordinárias – em que foi reconhecida abusividade de cláusula contratual e das exigências da recorrente – exigiria incursão no campo fático-probatório, providência vedada na via especial, conforme os enunciados das Súmulas n. 5 e 7 do STJ.

Da indenização por danos morais e materiais individuais

Segundo o acórdão recorrido, "quanto aos danos materiais e morais individuais, a sentença genérica está de acordo com a determinação legal contida no artigo 95 do Código de Defesa do Consumidor, de modo que o consumidor lesado deverá individualizar o seu prejuízo em posterior liquidação de sentença, nos termos do artigo 97 do mesmo Código" (e-STJ fl. 496).

No mesmo sentido encontra-se a jurisprudência desta Corte Superior:

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA PROFERIDA EM AÇÃO CIVIL PÚBLICA. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. CONDENAÇÃO GENÉRICA. ILIQUIDEZ DO TÍTULO EXECUTIVO JUDICIAL. NECESSIDADE DE LIQUIDAÇÃO. JUROS REMUNERATÓRIOS. CONDENAÇÃO EXPRESSA. AGRAVO INTERNO PARCIALMENTE PROVIDO.

1. A sentença proferida em ação civil pública não se reveste de liquidez necessária ao cumprimento de sentença, uma vez que se trata de condenação genérica que fixa apenas a responsabilidade do réu pelos danos causados, sendo necessária, portanto, a sua prévia liquidação. Precedentes.

2. É devida a inclusão dos juros remuneratórios na fase de cumprimento de sentença de ação civil quando há condenação expressa na sentença coletiva. Tese firmada em Recurso Repetitivo (REsp 1.392.245/DF, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 08/04/2015, DJe de 07/05/2015).

3. Agravo interno a que se dá parcial provimento.

(AgInt no REsp 1.757.009/SP, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 24/9/2019, DJe 14/10/2019.)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO COLETIVA. CONDENAÇÃO GENÉRICA. PRÉVIA LIQUIDAÇÃO. NECESSIDADE. DECISÃO MANTIDA.

1. A Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do Recurso Especial n. 1.247.150/PR, consolidou o entendimento de que a sentença genérica prolatada no âmbito da ação civil coletiva, por si, não confere ao vencido o atributo de devedor de quantia certa ou fixada anteriormente em liquidação (art. 475-J do CPC/1973), apenas

fixando a responsabilidade do réu pelos danos causados (art. 95 do CDC), razão pela qual é necessária a prévia liquidação do título.

2. Agravo interno que se nega provimento.

(AgInt no REsp 1.647.929/DF, de minha relatoria, QUARTA TURMA, julgado em 19/8/2019, DJe 22/8/2019.)

Novamente incide o disposto na Súmula n. 83/STJ.

Da indenização por danos morais coletivos

Por fim, ao restringir a análise dos danos morais coletivos à antijuridicidade da conduta da recorrente e à ofensa a bem jurídico protegido, o acórdão recorrido dissentiu da jurisprudência desta Corte, que exige demonstração de ofensa injusta e não tolerável a **valores fundamentais da coletividade** para condenação ao pagamento de indenização por danos morais coletivos. A respeito:

RECURSO ESPECIAL. AÇÃO COLETIVA DE CONSUMO. COBRANÇA DE TARIFAS BANCÁRIAS. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. INCORRÊNCIA. FASES DA AÇÃO COLETIVA. SENTENÇA GENÉRICA. AÇÃO INDIVIDUAL DE CUMPRIMENTO. ALTA CARGA COGNITIVA. DEFINIÇÃO. QUANTUM DEBEATUR. MINISTÉRIO PÚBLICO. LEGITIMIDADE ATIVA. INTERESSES INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS. RELEVÂNCIA E TRANSCENDÊNCIA. EXISTÊNCIA. COISA JULGADA. EFEITOS E EFICÁCIA. LIMITES. TERRITÓRIO NACIONAL. PRAZO PRESCRICIONAL. DEFICIÊNCIA DA FUNDAMENTAÇÃO RECURSAL. SÚMULA 284/STF. DANO MORAL COLETIVO. VALORES FUNDAMENTAIS. LESÃO INJUSTA E INTOLERÁVEL. INOCORRÊNCIA. AFASTAMENTO. ASTREINTES. REVISÃO. REEXAME DE FATOS E PROVAS. SÚMULA 7/STJ.

1. Cuida-se de ação coletiva na qual são examinados, com exclusividade, os pedidos de indenização por danos morais e materiais individuais, de indenização por dano moral coletivo e de publicação da parte dispositiva da sentença, decorrentes do reconhecimento, em outra ação coletiva com trânsito em julgado, da ilegalidade da cobrança de tarifa de emissão de boleto (TEC).

2. O propósito do presente recurso especial é determinar se: a) ocorreu negativa de prestação jurisdicional; b) é necessário fixar, na atual fase do processo coletivo, os parâmetros e os limites para o cálculo dos danos morais e materiais individuais eventualmente sofridos pelos consumidores; c) o Ministério Público tem legitimidade para propor ação coletiva versando sobre direitos individuais homogêneos; d) os efeitos a sentença proferida em ação coletiva estão restritos à competência territorial do órgão jurisdicional prolator; e) deve ser aplicado o prazo prescricional trienal à hipótese dos autos; f) é possível examinar a validade da cobrança de tarifa de emissão de boletos (TEC), decidida em outro processo transitado em julgado, na hipótese concreta; g) cabe, no atual momento processual, analisar a efetiva ocorrência de dano material e moral aos consumidores e se o dano material deve abranger a repetição do indébito; h) a ilegalidade verificada na hipótese enseja a compensação de danos morais coletivos; e i) é exorbitante o valor da multa cominatória.

3. Recurso especial interposto em: 30/05/2014. Conclusos ao gabinete em: 26/08/2016. Aplicação do CPC/73.

4. Ausentes os vícios do art. 535 do CPC/73, rejeitam-se os embargos de declaração.

5. Devidamente analisadas e discutidas as questões de mérito, e fundamentado corretamente o acórdão recorrido, de modo a esgotar a prestação jurisdicional, não há que se falar em violação dos arts. 165 e 458, II, do CPC/73.

6. A ação civil coletiva na qual se defendem interesses individuais homogêneos se desdobra em duas fases, sendo que, na primeira, caracterizada pela legitimidade extraordinária, são definidos, em sentença genérica, os contornos homogêneos do

direito questionado.

7. A definição de parâmetros e dos limites para a fixação dos danos materiais e morais individuais se relaciona ao quantum debeatur do direito questionado, o qual deve ser debatido nas ações individuais de cumprimento, que também possuem alta carga cognitiva.

8. Se o interesse individual homogêneo possuir relevância social e transcender a esfera de interesses dos efetivos titulares da relação jurídica de consumo, tendo reflexos práticos em uma universalidade de potenciais consumidores que, de forma sistemática e reiterada, sejam afetados pela prática apontada como abusiva, a legitimidade ativa do Ministério Público estará caracterizada.

9. Os efeitos e a eficácia da sentença proferida em ação coletiva não estão circunscritos aos limites geográficos da competência do órgão prolator, abrangendo, portanto, todo o território nacional, dentro dos limites objetivos e subjetivos do que foi decidido. Precedentes.

10. A ausência de decisão acerca dos dispositivos legais indicados como violados impede o conhecimento do recurso especial.

11. A ausência de fundamentação ou a sua deficiência importa no não conhecimento do recurso quanto ao tema.

12. O dano moral coletivo é categoria autônoma de dano que não se identifica com os tradicionais atributos da pessoa humana (dor, sofrimento ou abalo psíquico), mas com a violação injusta e intolerável de valores fundamentais titularizados pela coletividade (grupos, classes ou categorias de pessoas). Tem a função de: a) proporcionar uma reparação indireta à lesão de um direito extrapatrimonial da coletividade; b) sancionar o ofensor; e c) inibir condutas ofensivas a esses direitos transindividuais.

13. Se, por um lado, o dano moral coletivo não está relacionado a atributos da pessoa humana e se configura *in re ipsa*, dispensando a demonstração de prejuízos concretos ou de efetivo abalo moral, de outro, somente ficará caracterizado se ocorrer uma lesão a valores fundamentais da sociedade e se essa vulneração ocorrer de forma injusta e intolerável.

14. Na hipótese em exame, a violação verificada pelo Tribunal de origem - a exigência de uma tarifa bancária considerada indevida - não infringe valores essenciais da sociedade, tampouco possui os atributos da gravidade e intolerabilidade, configurando a mera infringência à lei ou ao contrato, o que é insuficiente para a caracterização do dano moral coletivo.

15. Admite-se, excepcionalmente, em recurso especial, reexaminar o valor fixado a título de multa cominatória, quando ínfimo ou exagerado, o que não ocorre na hipótese em exame, em que as astreintes, fixadas em R\$ 10.000,00 (dez mil reais), não se mostram desproporcionais ou desarrazoadas.

16. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa parte, provido.

(REsp 1.502.967/RS, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 7/8/2018, DJe 14/8/2018 – grifei.)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. CONSUMIDOR. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. IMPOSIÇÃO DE CLÁUSULA DE ARBITRAGEM EM CONTRATOS FIRMADOS ENTRE FORNECEDORES DE BENS IMÓVEIS E CONSUMIDORES. DANO MORAL COLETIVO NÃO CONFIGURAÇÃO. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

1. "A condenação em reparar o dano moral coletivo visa punir e inibir a injusta lesão da esfera moral de uma coletividade, preservando, em ultima ratio, seus valores primordiais. Assim, o reconhecimento de dano moral coletivo deve se limitar às hipóteses em que configurada grave ofensa à moralidade pública, sob pena de sua banalização, tornando-se, somente, mais um custo para as sociedades empresárias, a ser repassado aos consumidores" (REsp 1.303.014/RS, Quarta Turma, Relator para acórdão o Ministro Raul Araújo, julgado em 18/12/2014 e publicado no DJe de 26/5/2015).

2. O dano moral coletivo é aferível *in re ipsa*, dispensando, portanto, a demonstração de prejuízos concretos, mas somente se configura se houver grave ofensa à moralidade

pública, causando lesão a valores fundamentais da sociedade e transbordando da justiça e da tolerabilidade.

3. No caso concreto, o alegado dano advém do fato de os consumidores, adquirentes de propriedades imóveis, em razão de convênio estabelecido entre o TJ/GO, a Segunda Corte de Conciliação e Arbitragem de Goiânia e o SECOVI - Sindicato da Habitação de Goiás -, terem ficado obrigados a se submeter a arbitragem para discutir litígios relacionados à aquisição de bens imóveis e a executar as respectivas sentenças arbitrais. Assim, o dano moral eventualmente configurado está relacionado mais propriamente a esfera individual de cada consumidor adquirente de propriedade imóvel que, na prática, tenha sido compelido a se submeter à Corte Arbitral, devendo, se for o caso, o lesado ingressar com a medida judicial cabível para pleitear a indenização.

4. Não se vislumbra grave ofensa à moralidade pública ou lesão a valores fundamentais da coletividade, bem como ato que tenha ultrapassado os limites do justo e tolerável, tanto que o Tribunal de Justiça chegou a firmar o aludido convênio.

5. O processo foi extinto sem resolução de mérito, por falta de interesse de agir, porque o referido convênio foi revogado antes mesmo do ajuizamento da ação civil pública. Mais uma razão, portanto, para se entender que eventuais danos decorrentes da existência do aludido ato surtiram efeitos por curto lapso temporal e atingiram apenas a esfera individual de algum consumidor, não podendo ser ampliados à coletividade.

6. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 100.405/GO, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 16/10/2018, DJe 19/10/2018 – grifei.)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. DANOS MORAIS COLETIVOS. NÃO PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7 DO STJ.

1. "A condenação à indenização por dano moral coletivo em ação civil pública deve ser imposta somente aos atos ilícitos de razoável relevância e que acarretem verdadeiros sofrimentos a toda coletividade, pois do contrário estar-se-ia impondo mais um custo às sociedades empresárias" (AgInt no AREsp 964.666/RJ, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 25/10/2016, DJe 11/11/2016)

2. Infirmar as conclusões a que chegou o Tribunal a quo que, sem descurar do fato de que a configuração do dano moral coletivo pressupõe a demonstração da prática de ato ilícito de razoável relevância que afete verdadeiramente toda a coletividade, entendeu não estarem cristalizados os requisitos ensejadores da responsabilidade civil, encontra óbice no enunciado da Súmula 7 do STJ.

3. A imposição de obrigação de não fazer consistente na abstenção de trafegar em qualquer rodovia federal com excesso de peso sob pena de multa, demanda a cristalização dos pressupostos da responsabilidade civil, o que não restou caracterizado na hipótese vertente.

Incidência do enunciado da Súmula 7 do STJ.

4. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1.136.945/MG, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 7/12/2017, DJe 13/12/2017.)

No caso dos autos, trata-se de infringência à lei, em razão de práticas abusivas praticadas em desacordo com o CDC, não configurando, no entanto, violação a valores essenciais da sociedade, a fim de caracterizar dano moral coletivo.

Aplica-se ao caso a Súmula n. 568 do STJ: "O relator, monocraticamente e no Superior Tribunal de Justiça, poderá dar ou negar provimento ao recurso quando houver entendimento dominante acerca do tema."

Diante do exposto, DOU PARCIAL PROVIMENTO ao recurso especial para

Superior Tribunal de Justiça

afastar a condenação da recorrente ao pagamento de indenização por danos morais coletivos.

Publique-se e intimem-se.

Brasília-DF, 28 de novembro de 2019.

Ministro **ANTONIO CARLOS FERREIRA**

Relator